



## PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ

### CONCURSO PÚBLICO

# 001. PROVA OBJETIVA

## PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ Não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, bem como utilização de máquina calculadora, relógio com calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, tablets, walkman, boné, chapéu, ou de qualquer material que não seja o estritamente permitido.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

“Cacilda!”, exclamei ao entrar na plateia do teatro Cacilda Becker para assistir ao espetáculo “Eu Não Sou Bonita”, com direção e atuação da espanhola Angélica Liddell. Não, infelizmente meu clamor não estava vinculado à admiração pela gloriosa atriz que batiza a casa. Fato está que dei de cara com um cavalo branco que, de tão grande, mais parecia um alce. O pobre animal estava entocado num canto do palco atrás de um monte de feno, cena assaz perturbadora.

Enquanto a protagonista não chegava ao palco para nos brindar com sua crítica à brutalidade da sociedade patriarcal, eu viajei perdida em conjecturas. “E esse animal é mesmo necessário em cena?”, pensei. Lembrei de “Equus”, de Peter Shaffer, em 1975. Minha mãe me levou para assistir na Broadway, estrelado por Anthony Perkins. Que *show!* A maneira como resolveram a presença de cavalos em cena foi eficiente e sintética: máscaras, tamancões, bailarinos e pronto.

Uma imponente Angélica Liddell entrou em cena jorrando versos em choro. “Cansei de ser mulher, de ter vergonha! Ensinaram-me a detestar meu corpo...” A atriz é performática, bem anos 1980. Vai abrindo uma cerveja e outra e afogando as mágoas do tamanho do equino. Você começa a entender que a personagem sofreu alguma barbaridade na infância. Só quem não se comove é o cavalo, que não para de mastigar alfafa e parece se incomodar a cada vez que ela quebra um objeto ou grita.

De repente, um punhado de ativistas está sobre o palco exibindo cartazes. “Tirem o animal!”, “Animal não é propriedade!”, “Sejamos artistas, não algozes!”.

No mínimo, é interessante ver a interferência de jovens expressando os direitos de quem não tem voz ativa, não? Só que o público não viu graça. Devo ter tido a má sorte de cair com uma plateia intolerante. Vai ver, sobrei com a turma que considerava “arte” uma coisa que deve ser levada muito, muito a sério.

A garotada pediu para dizer umas palavras e avisou que iria embora logo. Porém, homens adultos, mulheres refinadas, supostos apreciadores de cultura levantaram-se enfurecidos e, amparados na unanimidade de respeitadores da ordem, partiram para um *bullying* violento contra os manifestantes.

A porta-voz tentou falar, mas foi abafada pela gritaria. Lembrou-me da cena deprimente que presenciei no ano passado, ao mediar um debate da blogueira cubana Yoani Sánchez, violentamente impedida de falar. Intransigência no lugar de diálogo.

Finalmente, depois de serem xingadas, humilhadas e tratadas por loucas, as moças puderam falar. Uma das manifestantes desceu do palco e sentou-se, tremendo, na cadeira ao meu lado. “Como a senhora se chama?”, perguntou. Respondi. Ela havia me visto filmando.

“Sou estudante de veterinária, posso lhe garantir que o cavalo não deveria estar ali, a senhora entende, sabe o que é um ser senciente?”

Sei sim, é um ser capaz de sentimentos como dor e agonia e emoções próximas ao pensamento. Mais do que muitos ali parecem dominar. Inclusive a protagonista. Sim, porque, para quem deseja denunciar injustiça e preconceito, o ato de jogar seus irmãos de armas aos leões mostrou a medida de sua sinceridade.

(Barbara Gancia, *Folha de S.Paulo*, 15.03.2014. Adaptado)

01. Uma frase coerente com as informações do texto é:

- (A) A participação de um cavalo em peça teatral recebe a anuência de estudantes de veterinária.
- (B) A entrada inusitada de um cavalo no palco interrompe peça, gerando comoção na plateia.
- (C) Ativistas em prol dos direitos dos animais interrompem peça que expõe um cavalo no palco.
- (D) Com palavras de ordem, jovens ocupam teatro até a retirada de um cavalo explorado em peça.
- (E) Jovens manifestantes invadem palco para retirar um cavalo usado ilegalmente em peça.

02. Para a autora, a presença do cavalo no palco causou

- (A) revolta e representou uma ameaça para a segurança do público.
- (B) aflição e atendeu ao intuito de conscientizar a plateia sobre a sensibilidade dos animais.
- (C) tédio e mostrou-se tão previsível quanto um musical da Broadway.
- (D) consternação e alcançou a meta de enfatizar o sofrimento da protagonista.
- (E) incômodo e pareceu dispensável para a veiculação da mensagem da peça.

03. Considerando a atitude de Angélica Liddell com relação aos manifestantes, a autora sugere que a atriz se revelou

- (A) contemporizadora, pois evitou que os manifestantes e a plateia interagissem com violência.
- (B) autoritária, pois fez com que os manifestantes deixassem o teatro sem a chance de se pronunciar.
- (C) cínica, pois colocou-se a favor dos manifestantes enquanto explorava o animal em sua peça.
- (D) hipócrita, pois deveria ter dado mais apoio aos manifestantes em seu direito de se expressar.
- (E) apática, pois não encerrou o debate, fazendo valer sua autoridade como responsável pelo espetáculo.

04. A passagem que apresenta termos empregados com sentidos opostos está na alternativa:

- (A) ... meu clamor não estava vinculado à admiração pela gloriosa atriz...
- (B) ... a personagem sofreu alguma barbaridade na infância.
- (C) Só que o público não viu graça.
- (D) Intransigência no lugar de diálogo.
- (E) ... é um ser capaz de sentimentos como dor e agonia...

05. A expressão empregada com sentido figurado no texto está destacada em:

- (A) Fato está que dei de cara com um **cavalo branco** que, de tão grande, mais parecia um alce.
- (B) Vai abrindo uma cerveja e outra e afogando as mágoas **do tamanho do equino**.
- (C) Devo ter tido a má sorte de cair com uma **plateia intolerante**.
- (D) Porém, homens adultos, mulheres refinadas, **supostos apreciadores de cultura** levantaram-se enfurecidos...
- (E) “Sou estudante de veterinária, posso lhe garantir que o cavalo não deveria estar ali, a senhora entende, sabe o que é um **ser senciente**?”

06. A frase do texto que, após a alteração da ordem, permanece correta, no que se refere à pontuação, é:

- (A) Não, meu clamor infelizmente, não estava vinculado à admiração pela gloriosa atriz que batiza a casa.
- (B) Um punhado de ativistas, de repente, está sobre o palco exibindo cartazes.
- (C) É interessante ver no mínimo, a interferência de jovens expressando os direitos de quem não tem voz ativa, não?
- (D) Depois de serem xingadas, humilhadas e tratadas por loucas, as moças, finalmente puderam falar.
- (E) Uma das manifestantes desceu do palco e, tremendo sentou-se, na cadeira ao meu lado.

07. Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Vai fazer quarenta anos que a autora assistiu ao espetáculo “Equus”, de Peter Shaffer.
- (B) Naquele *show*, haviam bailarinos com máscaras e tamancões representando cavalos.
- (C) Puderam-se deduzir, dos versos jorrados em choro, que a protagonista sofrera abusos na infância.
- (D) De um modo geral, a interferência dos jovens manifestantes não agradaram o público da peça.
- (E) A garotada com os cartazes garantiu que seria dito apenas umas palavras e que logo deixariam o palco.

08. Considere a charge.



(Mandrade, *Folha de S.Paulo*, 13.03.2014)

O termo *portanto*, empregado na charge, tem valor

- (A) explicativo.
- (B) condicional.
- (C) adversativo.
- (D) causal.
- (E) conclusivo.

09. A frase em que o uso das formas verbais está correto, em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, é:

- (A) Como se negociasse com um empregador, o filho requereu ao pai o pagamento de direitos trabalhistas.
- (B) O pai disse que, se o filho se dispôr a contribuir com o pagamento das contas de casa, fará jus ao recebimento de uma mesada maior.
- (C) O garoto pediu que a mãe mediasse a negociação entre ele e o pai acerca do pagamento de sua mesada.
- (D) O pai concordou em pagar férias e décimo terceiro apenas quando o filho fazer suas tarefas escolares e ainda contribuir com as domésticas.
- (E) O pai aceitou aumentar o valor da mesada, desde que o garoto mantesse um bom comportamento em casa e na escola.

10. Considere os quadrinhos.



(Fábio Moon, Gabriel Bá, *Folha de S.Paulo*, 15.02.2014)

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) a ... Quem ... à
- (B) à ... Quem ... à
- (C) à ... A quem ... à
- (D) a ... De quem ... a
- (E) à ... De quem ... a

## DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Assinale a alternativa que contempla um dos meios de controle externo popular da Administração Pública.
- (A) Hierarquia no serviço público.
  - (B) Mandado de segurança.
  - (C) Ação penal pública.
  - (D) Veto do Chefe do Poder Executivo.
  - (E) Auditoria do Tribunal de Contas.
12. Considerando as distinções entre outorga e delegação de serviços públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Pela delegação transfere-se a titularidade do serviço.
  - (B) A outorga transfere o serviço em caráter transitório.
  - (C) Uma das formas de delegação do serviço é a concessão.
  - (D) A outorga, entre outras formas, pode ser feita por meio da permissão ou autorização.
  - (E) A delegação transfere o serviço em caráter definitivo.
13. Em relação aos atos administrativos, é correto afirmar que
- (A) a Administração Pública e o Poder Judiciário podem anular os atos discricionários e vinculados, por razões de conveniência e oportunidade.
  - (B) a anulação gera efeitos *ex nunc*, ou seja, a partir da sua declaração, enquanto que a revogação opera efeitos *ex tunc*, quer dizer, desde a edição do ato.
  - (C) o contrato de locação celebrado entre a Administração Pública e um particular é exemplo de ato administrativo no qual se aplica o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse do particular.
  - (D) ao praticar o ato discricionário, também denominado de ato arbitrário, a autoridade é livre, dentro das opções que a própria lei prevê, atendidos a finalidade e o interesse público.
  - (E) os atos que apresentem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

14. Florindo Furtado é Prefeito Municipal e tem como seu adversário político, Fulaninho da Silva, que é Vereador. Florindo, querendo atingir seu desafeto, resolve desapropriar a casa onde reside Fulaninho, para instalar no local uma Escola Municipal. E assim o faz, utilizando o procedimento legal exigido para o caso. A população da região ficou bastante satisfeita com a novidade, pois o Município era carente de escolas. Considerando essa situação, é correto afirmar que o ato de Florindo
- (A) é perfeitamente constitucional, uma vez que Florindo atendeu aos anseios da população.
  - (B) é irregular, uma vez que o imóvel residencial não pode ser desapropriado.
  - (C) é inconstitucional, haja vista que a residência de Fulaninho tem proteção garantida por ser Vereador.
  - (D) é regular, posto que atendeu aos preceitos legais e foi praticado em respeito ao interesse público local.
  - (E) caracteriza desvio de poder, uma vez que a sua real intenção era de atingir seu desafeto político.
15. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios do processo administrativo.
- (A) O princípio da publicidade garante a todos o acesso ao processo administrativo, que somente pode ser restrin- gido quando o interesse da Administração Pública o exigir.
  - (B) O princípio do formalismo do processo administrativo, semelhantemente ao aplicável ao processo judicial, obriga a Administração a seguir as formas rígidas esta- belecidas em lei.
  - (C) O princípio do devido processo legal torna obrigatória a presença do advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar, sendo uma valiosa garantia do particular.
  - (D) O princípio da oficialidade garante a possibilidade de instauração do processo por iniciativa da Administra- ção, sem provocação do interessado, e ainda a possibili- dade de impulsionar o processo.
  - (E) O princípio da tipicidade do processo administrativo é garantia fundamental do particular, o qual assegura que toda e qualquer infração administrativa deve ser descrita com precisão na lei.
16. A respeito da alienação de bens públicos, é correto afirmar que
- (A) os bens públicos de uso comum são absolutamente ina- lienáveis.
  - (B) os bens de uso especial, enquanto conservarem a sua qualificação, podem ser objeto de alienação de uma entidade pública para outra.
  - (C) a modalidade de licitação que deve ser utilizada para a alienação de bens imóveis, como regra geral, é o leilão.
  - (D) para a alienação de bens móveis, mister se faz a auto- rização legislativa, e a modalidade de licitação a ser utilizada é a concorrência.
  - (E) os bens dominicais, mesmo não estando afetados à finalidade pública específica, não podem ser alienados por meio de institutos de direito privado, como a venda, doação e permuta.
17. No tocante à responsabilidade dos agentes públicos, na hipótese do servidor público cometer infração considerada, ao mesmo tempo, ilícito administrativo e ilícito penal, é cor- reto afirmar que
- (A) a absolvição judicial que nega a existência do fato ou afasta do acusado a respectiva autoria, repercute na esfera administrativa.
  - (B) a decisão judicial proferida no processo penal repercu- tirá na esfera administrativa, independentemente de qual seja o conteúdo da decisão.
  - (C) a decisão judicial em processo penal não repercute de forma alguma na esfera administrativa.
  - (D) se o servidor público for condenado na esfera criminal, nada impede que seja absolvido em âmbito administra- tivo, tendo em vista a incomunicabilidade de instâncias.
  - (E) se houver absolvição do servidor público no processo criminal por falta de provas, ele deve também ser absol- vido na esfera administrativa.
18. Assinale a alternativa correta a respeito do Tombamento.
- (A) Os Municípios não têm competência legislativa nessa matéria.
  - (B) O Tombamento é uma restrição, parcial ou total, do direito de propriedade particular.
  - (C) Será sempre devida a justa e prévia indenização ao proprietário que for atingido pelas restrições do Tom- bamento.
  - (D) O Tombamento pode atingir bens privados de qual- quer natureza, não podendo, porém, incidir sobre bens públicos.
  - (E) A restrição imposta pelo Tombamento não poderá afetar proprietários de imóveis vizinhos ao tombado.

19. Nos termos da Lei n.º 8.666/93, em igualdade de condições, como critério de desempate no procedimento licitatório, será assegurada preferência, entre outros casos, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas
- (A) públicas.
  - (B) que empreguem pelo menos 10% (dez por cento) de trabalhadores portadores de necessidades especiais.
  - (C) que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  - (D) que possuam, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de investidores brasileiros.
  - (E) estrangeiras sediadas no país, que tenham gerado, no mínimo, dez empregos para trabalhadores brasileiros.
20. Determinado Município está sendo processado judicialmente numa causa jurídica bastante complexa e de natureza singular, que pode afetar sensivelmente os cofres da Municipalidade caso venha a ser perdedor na ação. A fim de prestar-lhe assessoria jurídica e defender o Município nessa ação judicial, o Prefeito pretende contratar um renomado escritório de advocacia, que possui notória especialização na matéria objeto da ação judicial. Nessa situação, portanto, e considerando o disposto na Lei de Licitações e Contratos, é correto afirmar que o Município
- (A) não poderá contratar o escritório de advocacia, uma vez que o Município deve ser assessorado e defendido judicialmente pelos seus Procuradores jurídicos.
  - (B) poderá contratar o escritório de advocacia, desde que o faça por meio de licitação na modalidade concorrência pública.
  - (C) somente poderá contratar o escritório de advocacia se este vier a patrocinar a causa em juízo em conjunto com um Procurador jurídico do Município.
  - (D) poderá contratar diretamente o escritório de advocacia, sem licitação, posto tratar-se de hipótese de inexigibilidade de licitação.
  - (E) não poderá contratar o escritório de advocacia, uma vez que este tipo de serviço não está previsto na Lei de Licitações e Contratos como passível de contratação pelos órgãos públicos.
21. Nos termos da Lei n.º 10.098/00, são consideradas barreiras qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas. Das diversas modalidades de barreiras, é correta a seguinte afirmação:
- (A) São consideradas barreiras arquitetônicas urbanísticas as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público.
  - (B) São consideradas barreiras arquitetônicas na edificação as existentes no exterior dos edifícios públicos e privados.
  - (C) São consideradas barreiras arquitetônicas nos transportes os obstáculos nas vias públicas que impedem ou dificultam a locomoção de pessoas portadoras de deficiência.
  - (D) São consideradas barreiras de transposição as existentes no interior dos edifícios públicos e privados.
  - (E) São consideradas barreiras de comunicação somente os entraves que impossibilitem o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação de massa.
22. A Lei Federal n.º 12.651/12 (novo Código Florestal), no capítulo que trata da área de reserva legal, dispõe que todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal. No tocante a este tópico, assinale a alternativa correta.
- (A) Os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto estão sujeitos à Constituição de Reserva Legal.
  - (B) Será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.
  - (C) Não será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias.
  - (D) O percentual de Reserva Legal em imóvel situado em área de formações florestais, cerrado ou de campos gerais na Amazônia Legal é de 50%.
  - (E) Em caso de fracionamento do imóvel rural, para fins de definição do percentual a ser mantido com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, será considerada a área do imóvel após o fracionamento.

23. Em relação à proteção e aos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, é correta a seguinte afirmação:
- (A) A internação do paciente, quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, será feita na modalidade compulsória.
  - (B) Denomina-se internação compulsória aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro.
  - (C) O término da internação voluntária somente ocorre por determinação do médico assistente.
  - (D) Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, desde que comunicado aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde.
  - (E) A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.
24. Assinale a alternativa correta no tocante à Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- (A) Área órfã contaminada é o local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos.
  - (B) Denomina-se logística reversa o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
  - (C) Resíduos sólidos são rejeitos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.
  - (D) Área contaminada é aquela cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.
  - (E) Reciclagem é o processo de transformação dos rejeitos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos.
25. Nos termos da Política Nacional de Recursos Hídricos, estão sujeitos à outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:
- (A) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
  - (B) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, exceto para abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.
  - (C) aproveitamento dos potenciais elétricos.
  - (D) extração de água de aquífero subterrâneo para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
  - (E) as derivações, captações e lançamentos, ainda que considerados insignificantes.
26. Nos termos do Estatuto da Cidade, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante diretrizes gerais, dentre as quais podemos citar:
- (A) garantia do direito a cidades autossustentáveis, entendido como direito à terra rural para a monocultura, à infraestrutura rural, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.
  - (B) ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a exposição da população a riscos de desastres naturais.
  - (C) adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão rural compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do município e do território sob sua área de influência.
  - (D) gestão monocrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos diretores, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
  - (E) proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.



27. Quanto ao parcelamento do solo, nos termos da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, é correta a seguinte afirmação:
- (A) O loteamento somente poderá ser realizado por pessoa jurídica de natureza privada.
  - (B) Não será permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, ainda que tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
  - (C) Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, ainda que implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, ou prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
  - (D) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamentos, modificação ou ampliação das vias existentes.
  - (E) Não será permitido o parcelamento do solo em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, ainda que já corrigidas.
28. No tocante à responsabilidade civil em matéria referente ao meio ambiente, assinale a alternativa correta.
- (A) Os transgressores das normas ambientais, ainda que tenham dado cumprimento às medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados ao meio ambiente, sujeitam-se à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.
  - (B) Somente se comprovado a existência de culpa ou dolo, o poluidor será obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.
  - (C) Somente nos casos em que demonstrado a culpa do poluidor, o Ministério Público da União e dos Estados terão legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente.
  - (D) O não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público.
  - (E) A execução das garantias exigidas do poluidor impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos.
29. Nos termos da Constituição Federal, quando trata da saúde, é correta a seguinte assertiva:
- (A) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
  - (B) As ações e serviços de saúde devem observar o princípio do atendimento integral, priorizando as atividades curativas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
  - (C) Os Municípios aplicarão, trienalmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentual calculado sobre o produto da arrecadação dos impostos.
  - (D) É possível a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
  - (E) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, e sua execução deve ser sempre realizada diretamente.
30. Quanto à assistência social, assinale a alternativa correta.
- (A) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, desde que contribuinte da seguridade social.
  - (B) A assistência social tem por objetivo a promoção da integração ao mercado de trabalho.
  - (C) A assistência social tem por objetivo o amparo às crianças e adolescentes infratores.
  - (D) É obrigatório aos Estados, Distrito Federal e Municípios vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida.
  - (E) A assistência social tem por objetivo a proteção à família indígena e aos descendentes quilombolas.

- 31.** A Constituição Federal de 1988, utilizando como critério as classificações apontadas pela doutrina, pode ser tida como
- (A) histórica, pois surgiu da longa tradição do povo brasileiro por meio de um contínuo processo histórico e social.
  - (B) material, pois o seu conteúdo é de regras materialmente constitucionais.
  - (C) flexível, pois as normas constitucionais podem ser alteradas.
  - (D) rígida, pois estabelece um processo legislativo especial para a reforma constitucional.
  - (E) garantia, pois contém apenas regras e princípios básicos referentes à organização e limites do Estado.
- 32.** Em relação à Intervenção nos Municípios, com fundamento no texto constitucional, é correto afirmar que o Estado não intervirá nos municípios, exceto quando
- (A) houver improbidade administrativa praticada pelo Poder Executivo Municipal e declarada pelo Tribunal de Justiça do Estado.
  - (B) as contas municipais forem rejeitadas por irregularidade insanável pelo Tribunal de Contas do Estado.
  - (C) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
  - (D) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento da segurança pública.
  - (E) for admitida a acusação contra o Prefeito Municipal por dois terços da Câmara de Vereadores.
- 33.** No que se refere à legitimidade ativa da ação popular, é correto afirmar que pode propor a referida medida:
- (A) partido político com representação no Congresso Nacional.
  - (B) pessoa física, cidadão, no pleno gozo do exercício dos direitos políticos.
  - (C) exclusivamente o Ministério Público.
  - (D) o Ministério Público, as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, e as associações constituídas há pelo menos um ano.
  - (E) o Ministério Público, partido político, os sindicatos e as associações constituídas há pelo menos um ano.
- 34.** Podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade:
- (A) atos e regulamentos administrativos se houver a denominada inconstitucionalidade oblíqua ou reflexa.
  - (B) leis e atos normativos federais e estaduais anteriores à Constituição.
  - (C) leis e atos normativos federais, estaduais e municipais anteriores e posteriores à Constituição.
  - (D) leis e atos normativos federais e estaduais anteriores e posteriores à Constituição.
  - (E) leis e atos normativos federais e estaduais posteriores à Constituição.
- 35.** Será concedido mandado de segurança quando se tratar de
- (A) ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
  - (B) decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
  - (C) decisão judicial transitada em julgado.
  - (D) ato administrativo de autoridade legislativa, violador de direito.
  - (E) ato praticado por autoridade que dependa de instrução probatória devido a incerteza do direito.
- 36.** No que se refere às atribuições, é correto afirmar que compete privativamente ao Presidente da República, sem a possibilidade de delegação aos Ministros de Estado:
- (A) prover e extinguir cargos públicos federais, na forma da lei.
  - (B) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
  - (C) nomear o Advogado-Geral da União.
  - (D) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
  - (E) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- 37.** No que se refere à Lei de Acesso à Informação, denominada de Lei da Transparência, é correto afirmar que
- (A) para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
  - (B) os órgãos e entidades do poder público não estão obrigados a viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
  - (C) a administração pode exigir no requerimento a pertinência da solicitação de informações de interesse público.
  - (D) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informação aos órgãos públicos, devendo o pedido conter a identificação do requerente, razões do pedido e a pertinência temática.
  - (E) são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

38. A Lei Orgânica do Município de Poá prevê que não perderá o mandato o vereador
- (A) investido no cargo de Vice-Governador.
  - (B) licenciado pela Câmara para realização de estudos no exterior, mesmo com remuneração.
  - (C) licenciado pela Câmara por motivo de doença ou para tratar, com ou sem remuneração, de assunto de seu interesse particular.
  - (D) licenciado pela Câmara para tratar, sem remuneração, de assunto de seu interesse particular.
  - (E) investido em cargo efetivo no Tribunal de Contas, desde que opte pela remuneração do mandato.

### DIREITO CIVIL

39. Na solução de antinomias normativas aparentes no direito brasileiro, prevalece o critério
- (A) da especialidade sobre o da anterioridade.
  - (B) da anterioridade sobre o da hierarquia.
  - (C) da analogia sobre o da especialidade.
  - (D) dos costumes sobre o da hierarquia.
  - (E) da anterioridade sobre o da especialidade.
40. Assinale a alternativa correta a respeito dos negócios jurídicos, de acordo com o Código Civil brasileiro.
- (A) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças, salvo disposição em contrário.
  - (B) A incapacidade absoluta de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
  - (C) A escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à atribuição de direitos reais sobre imóveis de qualquer espécie ou valor.
  - (D) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com ele tratou.
  - (E) Na hipótese de dolo bilateral, nenhuma das partes poderá alegá-lo para anular o negócio ou pretender indenização, mesmo que o dolo de uma seja principal e da outra accidental.

41. A prescrição da pretensão de indenização por desapropriação indireta
- (A) é regulada pelo mesmo prazo da usucapião, mas não exige que o Poder Público exerça a posse com *animus domni*.
  - (B) é interrompida por consulta sobre a viabilidade da desapropriação, mesmo que não editado o correspondente decreto expropriatório.
  - (C) pode ser interrompida por notificação extrajudicial que constitua em mora o Poder Público.
  - (D) possui prazo fixo de 5 anos contados do apossamento administrativo.
  - (E) é regulada pelo prazo geral de prescrição do Código Civil, isto é, ocorre em 10 anos, contados do apossamento administrativo.
42. Sobre a posse, tal como disciplinada pelo Código Civil, é correto afirmar que
- (A) a aquisição da propriedade de bens por sociedade de economia mista basta para comprovar sua posse.
  - (B) o possuidor direto pode defender a sua posse contra o possuidor indireto, mas este não pode defender sua posse contra aquele.
  - (C) o detentor pode, em nome próprio, defender a posse contra pessoa diversa daquela a quem está subordinado.
  - (D) a posse injusta não pode passar a ser justa, nem a precária passar a ser posse a título de proprietário, para fins de usucapião, pois o caráter da posse é inalterável.
  - (E) o possuidor de má-fé tem direito ao ressarcimento apenas das benfeitorias necessárias e não lhe assiste, pela importância destas, o direito de retenção.
43. Assinale a alternativa correta sobre a hipoteca, segundo as disposições do Código Civil.
- (A) Excutada a hipoteca, fica desobrigado o devedor, mesmo que o produto não baste para o pagamento integral da dívida.
  - (B) Se o bem hipotecado for penhorado por outro credor, poderá o credor hipotecário cobrar a dívida antes do vencimento contratual.
  - (C) As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica não podem ser objeto de hipoteca.
  - (D) É nula a cláusula que prevê o vencimento do crédito hipotecário em caso de alienação do imóvel dado em garantia.
  - (E) A desapropriação do bem hipotecado não enseja o vencimento da dívida, sub-rogando-se a garantia no preço depositado.

44. Na hipótese de condenação ao pagamento de indenização por danos morais decorrente de responsabilidade civil aquiliana:
- (A) os juros de mora incidem a partir da citação e a correção monetária desde o arbitramento da indenização.
  - (B) os juros de mora incidem a partir do trânsito em julgado e a correção monetária desde o arbitramento da indenização.
  - (C) os juros de mora incidem a partir da ocorrência do evento danoso e a correção monetária desde o arbitramento da indenização.
  - (D) os juros de mora incidem desde a citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da demanda.
  - (E) os juros de mora e a correção monetária incidem a partir do arbitramento da indenização.
45. Acerca da compra e venda, consoante disposto no Código Civil, pode-se afirmar que:
- (A) é nula a compra e venda realizada entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
  - (B) nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.
  - (C) na venda de imóvel *ad corpus*, sendo a medida real inferir à enunciada no contrato, tem o comprador direito à resolução contratual ou ao abatimento proporcional do preço.
  - (D) salvo cláusula em contrário, cabem as despesas de escritura e registro ao vendedor e as de tradição ao comprador.
  - (E) para a execução da cláusula de reserva de domínio, é indispensável a constituição do comprador em mora, mediante protesto do título ou interpelação judicial.
46. Na hipótese de responsabilidade civil cuja ofensa tenha mais de um autor:
- (A) cada um responderá por uma parcela da indenização, equitativamente dividida.
  - (B) cada um responderá por uma parcela da indenização, imposta em proporção ao seu respectivo grau de culpa.
  - (C) todos responderão solidariamente pela indenização, excluídos os responsáveis por fatos de terceiro.
  - (D) todos responderão solidariamente pela indenização, inclusive os responsáveis por fato de terceiro.
  - (E) cada um responderá por uma parcela da indenização, calculada proporcionalmente sobre o dano que sozinho seria capaz de gerar.
47. São causas de suspensão do processo:
- (A) a morte de qualquer das partes e a exceção de impedimento do perito judicial.
  - (B) a perda da capacidade processual de qualquer das partes e a impugnação ao valor da causa.
  - (C) a exceção de incompetência e o incidente de falsidade documental.
  - (D) a confusão entre autor e réu e o reconhecimento de motivo de força maior.
  - (E) a exceção de incompetência e a exceção de suspeição do órgão do Ministério Público.
48. A respeito do pedido no direito processual civil, é correto afirmar que:
- (A) os pedidos devem ser interpretados restritivamente, não compreendendo prestações periódicas sem que haja declaração expressa do autor.
  - (B) a compatibilidade procedimental e a conexão são requisito de admissibilidade da cumulação de pedidos.
  - (C) o pedido pode ser aditado pelo autor até a sentença de primeiro grau de jurisdição.
  - (D) os juros legais podem ser incluídos na sentença independentemente de pedido expresso, todavia, se dela não constarem, não poderão ser incluídos em futura liquidação.
  - (E) as prestações periódicas consideram-se incluídas no pedido e a sentença as incluirá na condenação enquanto durar a obrigação.
49. Assinale a alternativa correta a respeito da ação de usucapião de terras particulares.
- (A) A Fazenda do Município deve ser citada, por Oficial de Justiça, para que manifeste interesse na causa.
  - (B) O Ministério Público intervirá obrigatoriamente em todos os atos do processo, mesmo que não haja interesse de incapazes ou de pessoas jurídicas de direito público.
  - (C) Cabe ao autor o ônus da prova de que o imóvel usucapiendo não é terra devoluta.
  - (D) A Fazenda do Município deve ser intimada, por edital, para que manifeste interesse na causa.
  - (E) Não se exige a citação pessoal do mero possuidor do imóvel usucapiendo, bastando a citação editalícia dirigida aos eventuais interessados.

50. No tocante ao recurso especial, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
- (A) as questões de ordem pública podem ser decididas de ofício, independentemente de prequestionamento ou de conhecimento do recurso.
  - (B) não se admite recuso especial destinado ao reexame ou à reavaliação da prova.
  - (C) admite-se recuso especial que importe em interpretação legal ou contratual.
  - (D) admite-se a desistência do recurso representativo da controvérsia, mesmo após iniciado o procedimento de julgamento pelo procedimento dos recursos especiais repetitivos.
  - (E) não se admite recurso especial quanto a questão que, mesmo tendo sido objeto de embargos de declaração, não tenha sido apreciada pelo Tribunal de origem.
51. No Mandado de Segurança, o ingresso de litisconsorte ativo voluntário:
- (A) não é admitido após o despacho da petição inicial.
  - (B) é expressamente vedado, porquanto ofende ao princípio do juiz natural.
  - (C) é admitido até a citação, após o que ocorre a estabilização objetiva da lide.
  - (D) é admitido até a sentença, desde que haja concordância do impetrante.
  - (E) depende da anuência da parte contrária.
52. Assinale a alternativa correta a respeito da ação civil pública.
- (A) O Município não tem legitimidade para propor ação civil pública.
  - (B) A sentença faz coisa julgada *erga omnes*, sem limitação territorial.
  - (C) A sentença que julgar o pedido improcedente por falta de provas, só faz coisa julgada perante o autor, não atingindo os demais legitimados.
  - (D) A multa cominada liminarmente só é exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.
  - (E) As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não têm legitimidade para propor ação civil pública.
53. O procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível, é de ser entendido, nos termos do Código Tributário Nacional, como
- (A) Dívida Ativa.
  - (B) Inscrição na Dívida Ativa.
  - (C) Certidão de Dívida Ativa.
  - (D) Lançamento.
  - (E) Denúncia espontânea.
54. Assinale a alternativa que está em consonância com as disposições do Código Tributário Nacional, no tocante à isenção e/ou à anistia.
- (A) A exclusão do crédito tributário, por isenção ou anistia, dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
  - (B) A isenção, salvo disposição de lei em contrário, é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
  - (C) A anistia abrange exclusivamente infrações cometidas posteriormente à lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
  - (D) A anistia pode ser concedida limitadamente, dentre outras hipóteses previstas em lei, às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.
  - (E) A isenção, quando concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão, gerando direito adquirido.
55. A competência para a instituição de contribuição, na forma das respectivas leis, para custeio do serviço de iluminação pública, observadas as exigências constitucionais e facultada sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica, pertence
- (A) exclusivamente aos Estados.
  - (B) exclusivamente à União.
  - (C) aos Municípios e ao Distrito Federal.
  - (D) aos Estados e ao Distrito Federal.
  - (E) à União e aos Estados.

56. Acerca do procedimento que rege a Medida Cautelar Fiscal, é correto afirmar que
- quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de sessenta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.
  - o indeferimento da medida cautelar fiscal obsta a que a Fazenda Pública intente a execução judicial da Dívida Ativa e influi no julgamento desta, salvo se o Juiz, no procedimento cautelar fiscal, acolher alegação de pagamento, de compensação, de transação, de remissão, de prescrição ou decadência, de conversão do depósito em renda, ou qualquer outra modalidade de extinção da pretensão deduzida.
  - o requerimento da medida cautelar, na hipótese do devedor, notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do débito, por ou tentar por bens em nome de terceiros, depende da prévia constituição do crédito tributário.
  - o requerido será citado para, no prazo de cinco dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir, contando-se o prazo da juntada aos autos do mandado de citação, devidamente cumprido.
  - cessa a eficácia da medida cautelar fiscal se não for executada no prazo de sessenta dias, sendo permitido à Fazenda Pública repetir o pedido sob o mesmo fundamento.
57. Em sede de execução fiscal, observadas as regras estabelecidas pela lei que rege seu procedimento, é permitido ao juiz
- reconhecer e decretar a prescrição intercorrente.
  - reconhecer e decretar apenas a decadência.
  - admitir e julgar a reconvenção apresentada pelo devedor apenas quando a matéria nela arguida for relativa ao montante da dívida.
  - admitir e julgar pedido de compensação apresentada pelo devedor no prazo dos embargos.
  - admitir e julgar a reconvenção apresentada pelo devedor, qualquer que seja a matéria arguida, desde que o devedor a apresente em separado dentro do prazo dos embargos.
58. Dentre as limitações que determina ao poder de tributar, a Constituição Federal veda aos entes tributantes a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Referida vedação que se traduz no conhecido Princípio da Anterioridade, contudo, não se aplica a alguns tributos que a própria Constituição especifica. Assinale a alternativa na qual se identifica um desses tributos.
- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
  - Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
  - Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
  - Empréstimo compulsório, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
  - Contribuição social de intervenção no domínio econômico.
59. \_\_\_\_\_ compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomento. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Poá, completa corretamente a lacuna a expressão
- O Plano Diretor
  - O Plano Regional
  - A lei geral do orçamento
  - A lei do Plano Plurianual
  - A lei de diretrizes orçamentárias
60. As receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes, são, nos termos da Lei n.º 4.320/1964,
- receitas correntes.
  - receitas de capital.
  - investimentos.
  - inversões financeiras.
  - transferências de capital.
61. Classificam-se como créditos adicionais extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. Referidos créditos serão abertos, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, por
- Resolução do Senado Federal.
  - Decreto Legislativo do Congresso Nacional.
  - Decreto do Poder Executivo.
  - Medida Provisória do Presidente da República.
  - Lei Delegada do Poder Legislativo.
62. Para efeito da Lei Complementar n.º 101/2000, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, entende-se por
- renúncia de receita.
  - competência assistencial.
  - restos a pagar.
  - transferência voluntária.
  - receita corporativa.

63. Nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000, as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento, integram
- (A) a dívida pública consolidada.
  - (B) a dívida pública mobiliária.
  - (C) a concessão de garantia.
  - (D) o refinanciamento da dívida mobiliária.
  - (E) o ativo imobilizado.

### DIREITO PENAL

64. De acordo com o Código Penal, ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a
- (A) honra do Presidente da República.
  - (B) administração pública, por quem está a seu serviço.
  - (C) vida ou a liberdade de Presidente ou Chefe de Estado estrangeiro.
  - (D) vida, ainda que o agente seja estrangeiro, mas domiciliado no Brasil.
  - (E) vida, praticados por brasileiro que já foi absolvido no estrangeiro.
65. O crime de “Charlatanismo” caracteriza-se em o agente
- (A) inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível.
  - (B) enganar a vítima, por meio de falso diagnóstico, sobre doença inexistente.
  - (C) prescrever, ministrar ou aplicar, habitualmente, qualquer substância.
  - (D) exercer, a título gratuito, profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal.
  - (E) usar de gestos, palavras ou qualquer outro meio, sem autorização legal, para tratar doença ou lesão.
66. Quem, tendo recebido de boa fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade
- (A) responde pelo crime de moeda falsa, porém tem sua pena diminuída de um a dois terços.
  - (B) incorre nas mesmas penas do crime de moeda falsa.
  - (C) responde pelo crime culposo de moeda falsa, com pena de três meses a um ano de detenção.
  - (D) responde pelo crime de restituição de moeda falsa à circulação e é punido somente com a pena de multa.
  - (E) responde pelo crime de moeda falsa, porém é punido com a pena de detenção, de seis meses a dois anos e multa.

67. Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria
- (A) mista ou da ubiquidade.
  - (B) do resultado.
  - (C) da atividade.
  - (D) da extra atividade.
  - (E) da ultra atividade.
68. Assinale a alternativa correta com relação ao crime de corrupção ativa.
- (A) É um crime próprio, praticado pelo particular contra a administração em geral.
  - (B) É um crime próprio, praticado pelo funcionário público, tendo como sujeito passivo o Estado.
  - (C) É um crime comum, cuja objetividade jurídica do crime é a proteção do patrimônio particular.
  - (D) É um crime comum, praticado por qualquer pessoa, tendo como sujeito passivo o Estado.
  - (E) É um crime comum, cuja ação penal é pública condicionada à representação.
69. São crimes praticados por particular contra a administração em geral, de acordo com o Código Penal, Capítulo II, Título XI.
- (A) Contrabando ou descaminho, advocacia administrativa e fraudes em certame de interesse público.
  - (B) Usurpação da função pública, resistência e inutilização de edital ou de sinal.
  - (C) Falsa identidade, condescendência criminosa, desacato.
  - (D) Exercício funcional ilegal antecipado ou prolongado, supressão de documento e desobediência.
  - (E) Advocacia administrativa, falsidade ideológica e adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

70. Com relação aos Direitos Políticos, é correto dizer que

- (A) o sufrágio é um direito público subjetivo, de natureza política, que tem o cidadão de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal.
- (B) não podem alistar-se como eleitores os analfabetos, os estrangeiros e os conscritos durante o período do serviço militar.
- (C) a idade mínima para que um brasileiro nato possa concorrer à vereança é de vinte e um anos.
- (D) um dos requisitos necessários para o cumprimento das condições de elegibilidade é a obrigatoriedade de comprovação do domicílio eleitoral com no mínimo seis meses antes do pleito eleitoral.
- (E) o mandato eletivo pode ser impugnado perante a Justiça Eleitoral, no prazo de trinta dias contados da diplomação, instruindo-se a ação com no mínimo indícios de prova do abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

71. O prazo para propositura da representação por infidelidade partidária pelos partidos políticos é de

- (A) 15 dias contados da data da desfiliação do parlamentar.
- (B) 30 dias contados da data da desfiliação do parlamentar.
- (C) 60 dias contados da data da desfiliação do parlamentar.
- (D) 90 dias contados da data da desfiliação do parlamentar.
- (E) 120 dias contados da data da desfiliação do parlamentar.

72. É correto afirmar que:

- (A) vigora o princípio da solidariedade em matéria de responsabilidade civil e trabalhista em face de descumprimento obrigacional decorrente de ato ilícito de órgão partidário municipal, estadual ou nacional.
- (B) o filiado poderá desligar-se do partido, bastando como prova a comunicação escrita ao órgão de direção nacional.
- (C) é vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidades esportivas.
- (D) um por cento do total do Fundo Partidário será destacado para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) o balanço contábil do órgão estadual e municipal deve ser enviado ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral de sua Unidade Federativa.

73. Qual das condutas vedadas aos agentes públicos, a seguir descritas, está em desacordo com aquelas previstas no artigo 73 da Lei n.º 9.504/97?

- (A) Usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integrem.
- (B) Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.
- (C) Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.
- (D) Realizar distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, no ano em que se realizar a eleição, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.
- (E) Autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, no ano em que se realizam as eleições.

74. Qual o mínimo e o máximo da pena privativa de liberdade prevista para o crime de compra de voto, conforme o art. 299 e demais disposições do Código Eleitoral?

- (A) Seis meses a dois anos de detenção.
- (B) Um a dois anos de detenção.
- (C) Um a quatro anos de reclusão.
- (D) Dois a quatro anos de reclusão.
- (E) Dois a seis anos de reclusão.



75. Com relação à duração de trabalho, marque a alternativa correta.

- (A) Não serão descontadas nem computadas como jornada as variações de horários no registro de ponto não excedentes de 10 minutos, observado o limite máximo de 20 minutos diários.
- (B) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 20 horas semanais.
- (C) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas diárias, mediante acordo escrito entre empregador e empregado.
- (D) Do acordo coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será pelo menos de 20% superior à hora normal.
- (E) Ocorrendo interrupção do trabalho resultante de força maior, a duração do trabalho poderá ser prorrogada em até duas horas diárias, para recuperação do tempo perdido, pelo período máximo de 30 dias por ano.

76. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário

- (A) a alimentação e o vestuário fornecidos habitualmente ao empregado.
- (B) o vestuário fornecido ao empregado e utilizado no local de trabalho para a prestação do serviço.
- (C) a assistência médica, hospitalar e odontológica mediante seguro-saúde.
- (D) o seguro de vida e acidentes pessoais.
- (E) o valor correspondente ao vale-cultura.

77. Determinado empregado foi admitido em 07.01.2010 para a função de auxiliar de limpeza, com jornada de 44 horas semanais, recebendo como contraprestação pelo labor um salário-mínimo mensal. Assim, caso seja dispensado sem justa causa em 28.02.2014, terá direito a aviso prévio equivalente a

- (A) 8 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 36 dias.
- (D) 42 dias.
- (E) 45 dias.

78. Da importância da arrecadação da contribuição sindical dos trabalhadores, serão creditados

- (A) 5% para a confederação correspondente.
- (B) 10% para a federação correspondente.
- (C) 15% para a central sindical.
- (D) 20% para a Conta Especial Emprego e Salário.
- (E) 65% para o sindicato respectivo.

79. A Justiça do Trabalho é competente para

- (A) julgar ação penal de crime de redução à condição análoga de escravo.
- (B) julgar ação acidentária de segurado contra o INSS para implantação de auxílio-acidente.
- (C) executar, de ofício, as contribuições previdenciárias das sentenças condenatórias que proferir.
- (D) executar as contribuições previdenciárias das sentenças declaratórias de vínculo empregatício que proferir.
- (E) julgar dissídio coletivo de greve entre Administração Pública Direta e seus servidores estatutários.

80. Com relação ao processo do trabalho e seu procedimento, marque a alternativa correta.

- (A) Os atos processuais serão realizados nos dias úteis das 8 às 18 horas.
- (B) A penhora poderá realizar-se em domingo, independentemente de autorização do juiz.
- (C) As audiências na Justiça do Trabalho serão realizadas entre as 12 e 19 horas.
- (D) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública Direta e Indireta.
- (E) No procedimento ordinário, cada parte poderá indicar no máximo 3 testemunhas.





